
PENSAMENTOS GEOGRÁFICOS AFRICANOS E INDÍGENAS

Nomeamos este número especial como “Pensamentos Geográficos Africanos e Indígenas”. O título pode provocar diferentes deslocamentos. Afinal, para muitos, ele pode configurar uma combinação de palavras de sentido opostos que se anulam entre si. Isso porque, na tradição ocidental, “pensamento” está estritamente vinculado a uma dada forma específica de elaboração do conhecimento, que, por muito tempo fora atribuída como sendo uma invenção específica do Ocidente.

As linhas argumentativas pelas quais fazemos objeções a tal pressuposto estão sistematizadas nos artigos e no relato de experiência, presentes neste dossiê especial da **Revista Kwanissa – Revista de Estudos Africanos e Afro-brasileiros**. No título, qualificamos de forma distintas dois tipos de pensamentos: africanos e indígenas. Este seria um outro deslocamento: assumir sua pluralidade, desfocando-o do monismo que marcou um certo momento da elaboração moderna da Razão. No título, há também o qualificativo “Geográficos” para tais pensamentos, embora esta não seja uma revista especializada em Geografia. Afinal, por que propusemos este número especial para seus(as) editores(as) e, por que eles(as) o aceitaram com entusiasmo?

Vamos oferecer, de forma breve, duas linhas complementares para responder. Uma que mostra como o geográfico está no fundo do temário da Kwanissa, e outra que expressa o temário da Kwanissa em nosso trabalho na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e nas articulações que nos trouxeram aqui.

Este número especial é o feliz encontro de articulações contra-coloniais que envolvem ações de ensino, pesquisa e extensão na UNEB, uma universidade pública multi-campi espalhada por todo o estado com ampla capilaridade pelo interior, atendendo uma população negra e indígena significativa e com uma política de cotas das mais antigas e amplas implementadas no país. Partindo dos primeiros movimentos que ajudaram a criar o Laboratório Saberes Geográficos e Alteridade (SABGEO), do Departamento de Ciências Humanas do *campus* IV, na cidade de Jacobina, encontrou-se com outros movimentos e desejos que lhe deram força e vigor.

O primeiro deles é o das próprias comunidades quilombolas, como o da comunidade da Bananeira, em Jacobina, que tem fomentado e ensejado diferentes ações com o SABGEO e

a UNEB, com o protagonismo de professoras, estudantes e outros atores sociais. Por meio desta articulação, uma rede tem se constituído, ativando outras relações de múltiplas escalas, temporalidades e densidades.

Outro movimento é o dos povos indígenas, em especial o Movimento Associativo Payayá (MAIP), organização civil que representa os Payayá que, desde seu território, na Chapada Diamantina, têm ajudado na retomada deste importante povo articulador, não apenas entre seus parentes indígenas, mas também nas relações com as comunidades negras.

Por fim, a articulação entre os *campi* da UNEB, entre o SABGEO e a linha de pesquisa “Culturas, Identidades e Corporeidades” do grupo TECEMOS – Território, Cultura e Ações Coletivas, do *campus* XI, de Serrinha, onde também há um curso de Geografia. Neste caso, as questões de gênero na interseccionalidade com as questões raciais foram importantes no encontro e diálogo com as demandas que estavam chegando no SABGEO e que assumiram o formato de um curso de formação, na modalidade de extensão, voltado em especial para professoras de comunidades quilombolas e comunidades indígenas.

Que demanda é esta? É a de uma formação geográfica que tenha referenciais próprios, que dialogue com a realidade brasileira, de seus grupos, comunidades e que respeite o mûntu presente nos mais diferentes espaços. A história do pensamento geográfico é, ainda, a história do pensamento espacial do Ocidente. Defendemos a possibilidade de pensar as concepções espaciais dos povos indígenas e dos povos africanos, do continente e da diáspora, afinal, ela não emerge de um determinado lugar em específico; ela apresenta diferentes lugaridades. Este complemento final com a Geografia é importante, pois considerar um pensamento africano ou um pensamento indígena implica considerar um pensamento geograficamente situado e significado. O geográfico não seria apenas uma localização em um plano, ou uma forma de diferenciação (a indicação do alterno como o diferente): o geográfico seria a possibilidade da existência, e por isso se liga à identidade e à alteridade de uma maneira ética e política, mas também epistemológica.

Neste sentido, quando propusemos e realizamos o curso “Cosmovisões negras e indígenas: contra-colonialidade e pensamento geográfico” nossa intenção era, ao mesmo tempo, apresentar possibilidades diversas de pensar o geográfico, a partir de matrizes não-eurocêntricas, mas também repensar o sentido do geográfico, enquanto pensamento, fortalecendo sua importância para os debates epistemológicos e método na ciência.

Este foi o sentido do curso e, podemos dizer, é o que tem nos orientado nas diferentes ações na UNEB. Para nós, pensar as questões referentes às comunidades negras e das culturas africanas, no Brasil, em especial na Bahia, sempre resguarda relações com os povos indígenas, sobretudo quando consideramos as geograficidades e territorialidades. Por isso o curso, assim como este número especial, buscou as articulações entre os pensamentos geográficos africanos e indígenas e seus encontros em diáspora e nos processos de des/reterritorialização.

Há uma escritora africana, Sobonfu Somé, a qual nos fala sobre a necessidade de mantermos a nossa chama viva. Durante as noites do curso nossa chama foi alimentada e tivemos a oportunidade de trocar experiências e saberes com mais de 150 pessoas. Essa experiência mostrou-nos a necessidade de compartilharmos esta chama com mais pessoas, o que se materializa neste número especial.

Reunir os artigos dos convidados que ministraram aulas durante aquele simbólico semestre de 2020, significa a contínua resistência e enfrentamento que nossa ação acadêmico-política implica, principalmente na crise sanitária e política do Brasil provocada pela ampla disseminação do COVID-19. A pandemia radicalizou a necessidade de repensar as relações dos seres humanos com o ambiente, como na perspectiva dos povos indígenas e das comunidades negras as quais concebem a terra como organismo vivo, rompendo assim a dicotomia fundante da ciência geográfica que contrapõe, mesmo ao dialetizar, sociedade e natureza. Assim, esperamos que os textos contribuam nestes enfrentamentos e nos esforços conjugados que têm se multiplicado em diferentes frentes.

Iniciamos com o artigo de Luíza Cristina Silva Silva, “O Ebó-epistemológico de Lewá nas construções de saberes afrodiaspóricos sobre relações de gênero”, no qual a autora defende que a beleza iorubana é também força propulsora de criação de tecnologias do bem viver comunitário, resistindo ao neocolonialismo. O artigo mostra a força da ritualística de Lewá como resistência política sob a liderança de mulheres afrodiaspóricas.

“Movimentos indígenas na senda das crenças do bem viver e a terra sem males”, de Ademario Ribeiro, debate a ideia do bem viver como poética. Indígena, o autor ressoa as vozes ancestrais de Abya Yala, fazendo dialogar os mitos em Ayvú Rapyta às demais crenças dos povos falantes do Tupi e Guarani, como a Yby Marã Eyma e da Yvy Marãey, isto é, da “Terra sem Males” ou “Terra Indestrutível” – às cosmovisões e profecias como “A Queda do

Céu”, apontando para a importância dos povos indígenas na constituição de outra possibilidade de existência.

Táise dos Santos Alves traz a problemática dos processos educativos que emergem da prática cotidiana de pescadoras e pescadores artesanais em “Por diálogos de saberes: a educação nos territórios pesqueiros em debate”. O embate entre narrativas pode provocar o epistemicídio, como alerta a autora, ou produzir alternativas para o ensino de Geografia, o que implica tanto as subjetividades, quanto condições socioeconômicas, culturais e abordagens conceituais.

O artigo de Gleidson Sena Dias, “Contra colonização de conceitos geográficos: pensando o território na perspectiva das comunidades tradicionais e dos terreiros de candomblés”, problematiza diretamente os conceitos geográficos, aprofundando a questão do epistemicídio, defendendo epistemologias africanas para a produção da ciência na nossa formação socioespacial, como movimento de suleamento e enfrentamento do apagamento das memórias da civilização africana entre nós.

“Natureza no cosmo sentir bantu e a questão ambiental: uma introdução”, de Paula Regina de Oliveira Cordeiro, contextualiza o pensamento bantu como cosmo sentir. Estabelecendo uma espessura temporal de longa duração, destaca a relação com a natureza e o sentido de afrocentricidade associado ao sentir a natureza como sagrada, propondo outro marco para pensar e compreender conflitos territoriais e ambientais que afetam comunidades de origem Africana no Brasil.

O texto de Elane Bastos de Souza, “Territórios quilombolas e identidade”, faz breve retomada dos conceitos de território e de identidade tal como têm sido trabalhados na Geografia, buscando elementos para fomentar a reflexão e a compreensão da categoria quilombo, bem como a defesa de seu modo de vida nos enfrentamentos contemporâneos.

Encerramos a seção de Artigos com “Gameleira: o arvorecer da geografia Payayá”, de Jamille da Silva Lima-Payayá. A partir do poema do Cacique Juvenal Payayá, o texto faz uma escavação de uma geografia ancestral da árvore sagrada, como expressão da alteridade indígena, de uma geograficidade pneumática, na relação terra-ar, que coloca em questão colonialidade que tem negado a história e a geografia.

Encerrando o dossiê, temos o Relato de Experiência escrito pelos monitores do curso de extensão que originou o número especial, Efigênia Rocha Barreto da Silva e Jônatas Reis da Silva, “Curso de extensão: educação pela experiência contra-colonial”. Os autores refletem

sobre a experiência com os conteúdos em si, mas também com as metodologias, com as interações em sua dupla função de monitores e cursistas, bem como com a diversidade que a abertura e a natureza do curso oportunizaram. É interessante o destaque para o sentido dialógico, a aprendizagem significativa e para a potencialidade epistemológica em termos formativos para os próprios estudantes, o que, de certa forma, é um dos objetivos de todo este movimento: romper com o monismo epistemológico que tem se mostrado tão danoso para o pensamento. Começar pela formação, parece necessário.

Agradecemos a todas que permitiram que esta publicação pudesse ser viabilizada. Desde às comunidades que nos incitaram e que confiaram em nosso trabalho, até os monitores que nos apoiaram em todo o processo. Agradecemos também à Keila Gondim da @colagem.preta pela arte da capa, bem como à equipe da Kwanissa que, de forma tão entusiasmada e pronta, acatou nossa proposta de edição e nos auxiliaram para viabilizar a publicação.

*Jamille da Silva Lima-Payayá
Luíza Cristina Silva Silva
Paula Regina de Oliveira Cordeiro*

Editoras convidadas